



CONTAS

DE

GERÊNCIA

2025



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LIMÕES
Pessoa Colectiva Religiosa n.º 502172649

Pág. 1

Moeda: EUR

Balanco Individual em 31-12-2025

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	60 537,10	73 169,73
Investimentos financeiros	6.1	1 827,77	1 800,31
Outros créditos e ativos não correntes	12.1	278 810,14	248 851,14
		341 175,01	323 821,18
Ativo corrente			
Créditos a receber	12.1	3 541,97	2 607,73
Outros ativos correntes	12.1;12.3	7 885,13	46 120,48
Diferimentos	12.5	2 540,02	2 305,85
Caixa e depósitos bancários	4	360 961,52	370 776,77
		374 928,64	421 810,83
Total do ativo		716 103,65	745 632,01
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	9.1	701 878,28	699 847,76
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	9.1	34,95	13 265,18
		701 913,23	713 112,94
Resultado líquido do período	9.1	-17 846,70	2 030,52
Interesses minoritários			
Total do Fundo Patrimonial		684 066,53	715 143,46
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	12.1	2 519,68	1 855,91
Estado e outros entes públicos	12.2	3 762,93	3 536,14
Outros passivos correntes	12.1;12.3;12.4	25 754,51	25 096,50
		32 037,12	30 488,55
Total do passivo		32 037,12	30 488,55
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		716 103,65	745 632,01

A Entidade
R. Jui Paterno semo kung laey
Ana Paula Maria Santos de Azeite
Lorei Maria Santos de Azeite
Centro Social Paroquial de Limões
Serviço Solidário

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC n.º 39242

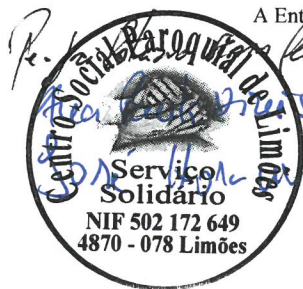


CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LIMÕES
Pessoa Colectiva Religiosa n.º 502172649

Moeda: EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro 2025

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		26 782,84	26 142,53
Recebimentos de subvenções		194 531,96	171 226,18
Pagamentos a fornecedores		-35 461,25	-28 574,46
Pagamentos ao pessoal		-186 610,77	-168 131,69
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	-757,22	662,56
Outros Recebimentos/Pagamentos		-16 692,63	-231 280,00
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	-17 449,85	-230 617,44
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		5,08	0,00
Juros e rendimentos similares		7 629,52	11 439,44
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	7 634,60	11 439,44
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		0,00	6 785,25
Pagamentos respeitantes a:			
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	0,00	6 785,25
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-9 815,25	-212 392,75
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		370 776,77	583 169,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período		360 961,52	370 776,77



A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
C C n.º 39242



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LIMÕES
Pessoa Colectiva Religiosa n.º 502172649

Moeda: EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7	222 132,21	198 447,41
Fornecimentos e serviços externos	12.6	-30 057,59	-25 293,68
Gastos com o pessoal	10	-193 094,12	-174 711,45
Aumentos/reduções de justo valor	6.2	27,46	-23,15
Outros rendimentos	8;12.8	1 056,55	7 570,88
Outros gastos	12.7	-12 908,10	-2 101,16
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-12 843,59	3 888,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-12 632,63	-13 297,77
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-25 476,22	-9 408,92
Juros e rendimentos similares obtidos	7;12.8	7 629,52	11 439,44
Resultado antes de impostos		-17 846,70	2 030,52
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-17 846,70	2 030,52

A Entidade
P. J. At.
Aves Paulistas
Serviço Solidário
NIF 502 172 649
4870 - 078 Limões

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242



SLA
Bastos
[Signature]

ANEXO
(Período 2025)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Centro Social e Paroquial de Limões

NIPC 502 854 944

1.2 – Sede

Rua da Igreja, n.º 1

4870-078 Limões

1.3 – Natureza da atividade

O Centro Social e Paroquial de Limões é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos sem alojamento, prestando serviços de Apoio Domiciliário.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;



sh
Bast
[Signature]

– Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.



Shu
Gastos -
49

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Neste sentido, destacamos a contabilização das participações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais, que pela Circular emanada do Instituto da Segurança Social, passam a ser contabilizadas como crédito (anteriormente contabilizadas como subsídios à exploração). Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensuradas ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.



sh
L
gastos
[Signature]

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.



gln
[Handwritten signature]

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registados ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano 2026.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Fluxos de caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2025	2024
Caixa	1 944,50	1 814,89
Depósitos à ordem	39 017,02	18 961,88
Depósitos a prazo	320 000,00	350 000,00
Total	360 961,52	370 776,77

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Edifícios e outras construções	331 302,63			331 302,63			331 302,63
Equipamento básico	34 298,23			34 298,23			34 298,23
Equipamento de transporte	36 190,01			36 190,01			36 190,01
Equipamento administrativo	47 945,24			47 945,24			47 945,24
Outros ativos fixos tangíveis	31 845,81			31 845,81			31 845,81
Sub-total	481 581,92			481 581,92			481 581,92
Depreciações e perdas por imparidade	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Edifícios e outras construções	281 838,49	1 930,04		283 768,53	1 930,04		285 698,57
Equipamento básico	34 250,05	48,18		34 298,23			34 298,23
Equipamento de transporte	8 293,54	9 047,50		17 341,04	9 047,50		26 388,54
Equipamento administrativo	46 315,92	824,96		47 140,88	478,24		47 619,12
Outros ativos fixos tangíveis	24 416,42	1 447,09		25 863,51	1 176,85		27 040,36
Sub-total	395 114,42	13 297,77		408 412,19	12 632,63		421 044,82
Quantias líquidas escrituradas	86 467,50	-13 297,77		73 169,73	-12 632,63		60 537,10

6 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

6.1

Entidades	2023	Aumentos	Diminuições	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Fundo compensação trabalho	1 182,59		23,15	1 159,44	27,46		1 186,90
FRSS	117,00			117,00			117,00
Títulos Caixa Agrícola	500,00			500,00			500,00
Outros investimentos financeiros	23,87			23,87			23,87
Total	1 823,46		23,15	1 800,31	27,46		1 827,77

6.2 – As demonstrações financeiras devem divulgar e refletir quaisquer aumentos/reduções de justo valor.

Entidades	2024		2024	
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições
Fundo compensação trabalho	27,46			-23,15
Total	27,46			-23,15
Aumentos/reduções de justo valor		27,46		-23,15



Handwritten signatures and initials in blue ink.

7 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2025	2024
Venda de bens	17,23	
Prestação de serviços	222 114,98	198 447,41
Juros	7 629,52	11 439,44
Total	229 761,73	209 886,85

8 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

8.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2025	2024
Imputação de sub. para investimentos	209,40	6 459,40

9 – Instrumentos financeiros

9.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos fundos patrimoniais	2023	Aumentos	Reduções	2024	Aumentos	Reduções	2025
Resultados transitados	700 036,70		-188,94	699 847,76	2 030,52		701 878,28
Outras variações no fundo patrimonial	19 724,58		-6 459,40	13 265,18	18 229,13	-31 459,36	34,95
Resultado líquido	-188,94	2 219,46		2 030,52	-17 846,70	-2 030,52	-17 846,70
Total	719 572,34	2 219,46	-6 648,34	715 143,46	2 412,95	-33 489,88	684 066,53

10 – Benefícios dos funcionários

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

10.1 – Número médio de funcionários

O número médio de funcionários em 2025 foi de 10.



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Gastos com pessoal	2025	2024
Funcionários:	188 107,48	170 500,14
Remunerações	155 838,25	140 970,18
Encargos seg. social	32 269,23	29 529,96
Seguros	3 548,98	2 471,52
Outros	1 437,66	1 739,79
Total	193 094,12	174 711,45

10.2 – Órgãos sociais

Nenhum dos membros dos órgãos de administração, de direcção ou de supervisão auferiram qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

10.3 – Número médio de voluntários

Não existem

11 – Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1 – Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2025.

11.2 – Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2025.

11.3 – A 31 de dezembro de 2025 não existiam salários em dívida aos funcionários.

12 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



Handwritten initials and signature in blue ink.

12.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2025	2024
Subcontratos	12 744,00	8 302,00
Trabalhos especializados	5 050,47	3 605,98
Publicidade e propaganda		199,50
Vigilância e segurança	752,06	437,35
Honorários		115,00
Conservação e reparação-edifícios o. const.	20,00	194,34
Conservação e reparação-eq. Básico	113,98	
Conservação e reparação-eq. transporte	304,71	123,98
Serviços bancários	8,00	6,00
Ferramentas e utensílios	109,08	192,52
Material de escritório	491,63	1 053,08
Eletricidade	1 876,80	2 623,42
Combustíveis	130,00	
Água	99,05	108,08
Deslocações e estadas	16,20	1 075,34
Rendas e alugueres	30,75	
Comunicação	576,99	684,74
Seguros	1 133,97	1 226,97
Contencioso e notariado		25,00
Despesas de representação	2 373,58	584,91
Limpeza, higiene e conforto	3 367,32	3 240,52
Outros FSE	859,00	1 494,95
Total	30 057,59	25 293,68

12.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2025	2024
Correções de períodos anteriores	12 836,10	1 811,89
Quotizações	62,00	194,00
Multas e penalidades		21,77
Outros	10,00	73,50
Total	12 908,10	2 101,16



12.8 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2025	2024
Correções de períodos anteriores	93,15	1,48
Imputação de sub. investimento	209,40	6 459,40
Donativos		1 110,00
Benefícios de penalidades contratuais	754,00	
Juros obtidos de depósitos bancários	7 629,52	11 439,44
Total	8 686,07	19 010,32

12.9 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2025.

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2025 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 17.846,70€ para Resultados Transitados. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Limões, 09 de março de 2026

A Entidade
P. João António Sérgio
Acazule do
João Henrique
do Lito

Centro Social e Paroquial de Limões
Serviço Solidário
NIF 502 172 649
4870 - 078 Limões

O Contabilista Certificado

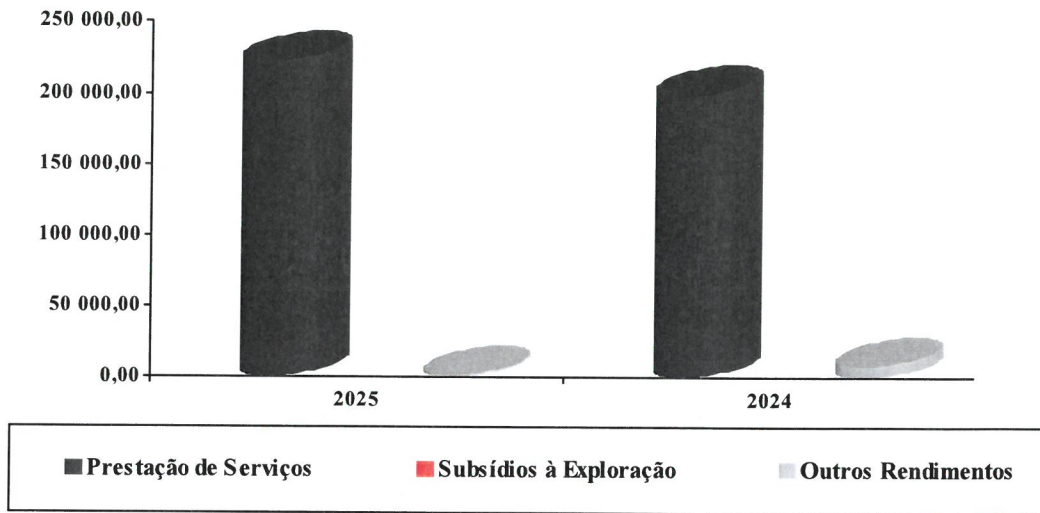
Luís Leite
CC n.º 39242



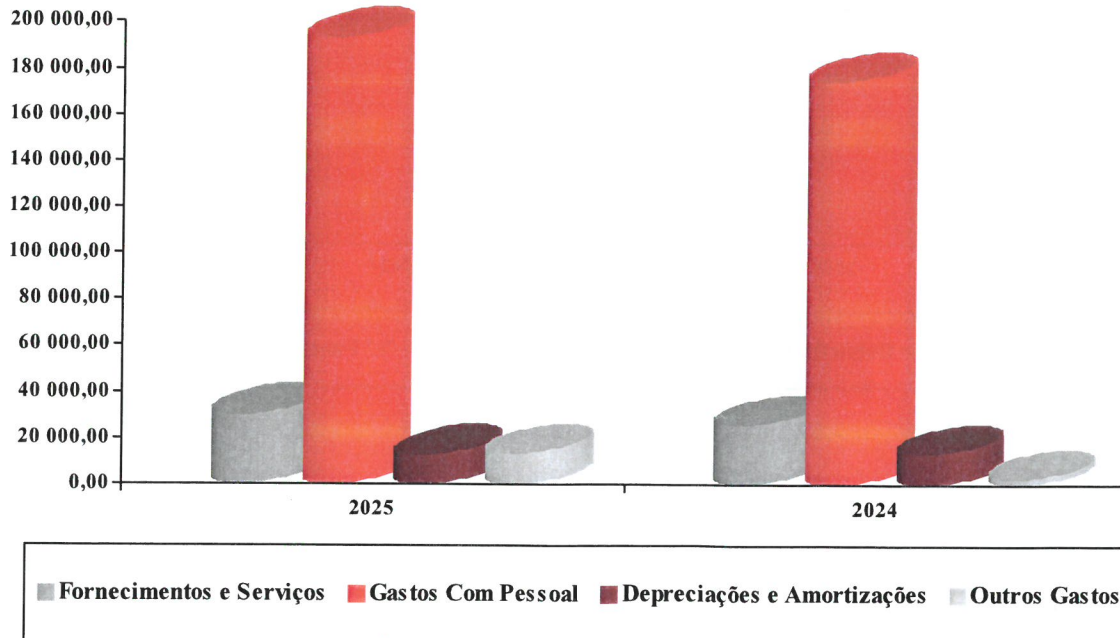
Handwritten signatures and initials in blue ink.

GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS



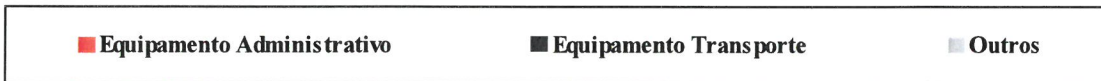
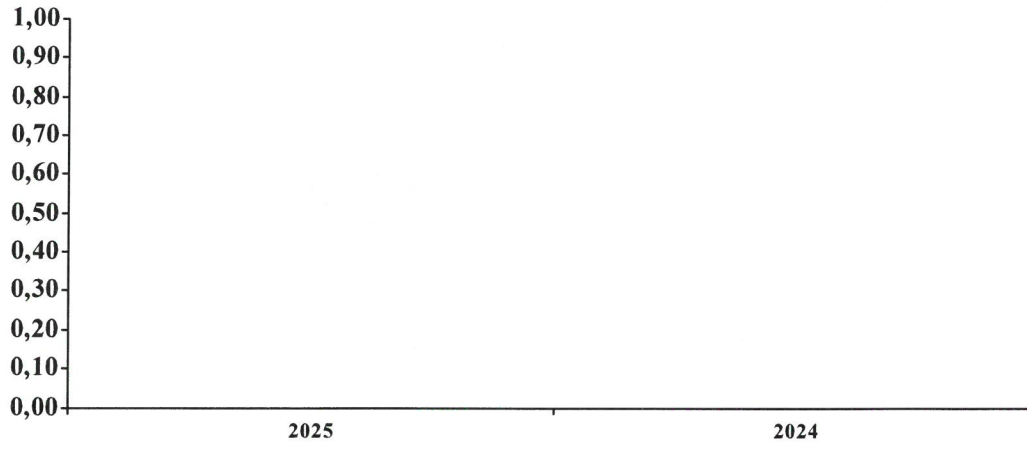
GASTOS



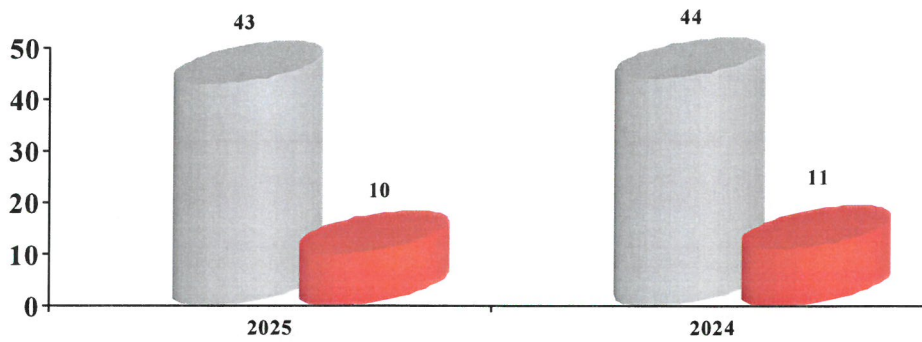


Handwritten signatures and initials in blue ink.

INVESTIMENTOS



CLIENTES E TRABALHADORES





RELATÓRIO
DE
GESTÃO
2025



Handwritten signatures and initials.

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2025)

Ex.mos Associados

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos n.º 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão do **Centro Social e Paroquial de Limões** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2025, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo de 17.846,70€, o qual demonstra os esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição e uma gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução das prestações de serviços

	2025	2024	Incremento volume de negócios	
			Valor	%
Vendas líquidas	17,23		17,23	0,01%
Prestação de serviços	222 114,98	198 447,41	23 667,57	11,93%
Volume de negócios	222 132,21	198 447,41	23 684,80	11,94%



Handwritten signature and initials.

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
FSE	30 057,59	25 293,68	4 763,91	15,85%
Subcontratos	12 744,00	8 302,00	4 442,00	34,86%
Trabalhos especializados	5 050,47	3 605,98	1 444,49	28,60%
Publicidade e propaganda		199,50	-199,50	
Honorários		115,00	-115,00	
Conservação e reparação	438,69	318,32	120,37	27,44%
Ferramentas e utensílios	109,08	192,52	-83,44	-76,49%
Artigos para oferta	440,00	319,00	121,00	27,50%
Electricidade	1 876,80	2 623,42	-746,62	-39,78%
Combustíveis	130,00		130,00	100,00%
Deslocações e estadas	16,20	1 075,34	-1 059,14	-6537,90%
Comunicação	576,99	684,74	-107,75	-18,67%
Despesas de representação	2 373,58	584,91	1 788,67	75,36%
Outros	6 301,78	7 272,95	-971,17	-15,41%
Gastos com pessoal	193 094,12	174 711,45	18 382,67	9,52%
Depreciações e amortizações	12 632,63	13 297,77	-665,14	-5,27%
Outros gastos e perdas	12 908,10	2 101,16	10 806,94	83,72%
Total gastos e perdas	248 692,44	215 427,21	33 265,23	13,38%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" que ascenderam em 2025 a 222.114,98€ (198.447,41€ em 2024).

Evolução dos rendimentos

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Vendas	17,23		17,23	100,00%
Prestação de serviços	222 114,98	198 447,41	23 667,57	10,66%
Ganhos por aumentos de justo valor	27,46		27,46	100,00%
Outros rendimentos	1 056,55	7 570,88	-6 514,33	-616,57%
Juros, dividendos outros rend. similares	7 629,52	11 439,44	-3 809,92	-49,94%
Total dos rendimentos	230 845,74	217 457,73	13 388,01	5,80%



Handwritten signature and initials in blue ink.

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO
(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	331 302,63	331 302,63		
Equipamento básico	34 298,23	34 298,23		
Equipamento de transporte	36 190,01	36 190,01		
Equipamento administrativo	47 945,24	47 945,24		
Outros ativos fixos tangíveis	31 845,81	31 845,81		
Total	481 581,92	481 581,92		

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 290.260,39€ (297.579,35€ em 2024).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 32.060,27€ (30.488,55€ em 2024).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de dezembro de 2025 até à data deste relatório, não ocorreu qualquer facto digno de referência.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade de a entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.



- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2025 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 17.846,70€ para Resultados Transitados.



Handwritten signature in blue ink.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Limões, 09 de março de 2025

A Entidade Paroquial de Limões
P. Centro Social de Limões
Serviço Solidário
NIF 502 172 649
4870 - 078 Limões

Handwritten signature in blue ink: Gonçalo de Costa



DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2025 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

A Entidade

Pe. José Estanislau
Mea. Cecília
João

Centro Social Paroquial de Limões
Serviço Solidário
NIF 502 172 649
4870 - 078 Limões

Ass. de Contas



Contribuinte n° 502172649

O Contabilista Certificado **Luís Fernando de Carvalho Leite**, CC n° 39242, no âmbito das suas funções, vem por este meio solicitar ao órgão de gestão da entidade informações para o cumprimento declarativo na IES (Informação Empresarial Simplificada), que a seguir se detalha:

1. Quadro 11 da folha de rosto da IES – Confirmação anual do beneficiário efetivo

Pretende optar por efetuar a confirmação anual do beneficiário através da IES ou pretende efetuar essa confirmação diretamente no registo central do beneficiário efetivo? _____

Optando por efetuar a referida confirmação anual através da IES, indique, com referência ao último dia do ano civil do exercício findo a que respeita esta declaração.

Se confirma a informação constante do RCBE, ou seja, se a mesma se encontra exata, suficiente e atual. _____

Atesta-se, ainda, que a informação indicada corresponde à verdade,

31 de Dezembro de 2025

A Entidade
P. Lei Paroquial de Limões
Aca Social de Limões
João Henrique
Luís Fernando de Carvalho Leite
Serviço Solidário
NIF 502 172 649
4870 - 078 Limões



ATA Nº1/2026

.....Ata número um.....

Aos vinte e cinco dias do mês de Março, do ano de dois mil e seis, na sede do Centro Social e Paroquial de Limões, pelas catorze horas, reuniu a direção do Centro Social e Paroquial de Limões, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. *Discussão e aprovação das contas de gerência e relatório de atividades do ano dois mil e vinte e cinco.*

Aberta a sessão pelo Presidente do Centro Social e Paroquial de Limões, Pe. José Patrício Ramos, verificou-se que estavam presentes os seguintes elementos: Ana Paula Dinis Bastos Duarte – Secretária e José Horácio Gonçalves da Costa - Tesoureiro.

Começando pelo primeiro ponto da ordem de trabalhos, passou-se de imediato à leitura do Relatório de Atividades e dando uma explicação mais pormenorizada do seu conteúdo.

De seguida, passou-se à análise das contas de gerência, elaboradas pelo gabinete de contabilidade, referindo os rendimentos e os gastos, obtendo-se um resultado líquido do exercício negativo de 17846.74€ (dezassete mil oitocentos e quarenta e seis euros e setenta e quatro cêntimos).

Foram colocados a votação os dois documentos, tendo sido aprovados por unanimidade, quer o Relatório de Atividades, quer as Contas de Gerência, para o ano de dois mil e vinte e cinco.

ATA
Nº
77

As atas e atas das do mês de Maio, do ano dois mil e vinte e seis, pelas onze horas, tendo o Conselho fiscal, nos instelagos do Centro Social e laogracal de Luís, com a seguinte orde de trabalhos:

- Análise e parecer referente às contas de gerencia do ano dois mil e vinte e seis e respectivos relatórios de atividades.

Presente a sessão pelo presidente, o Conselho fiscal deu seu conhecimento e analisou os conteúdos referentes às contas de gerencia e relatórios de atividades referentes ao ano de dois mil e vinte e seis, dando parecer favorável à sua aprovação.

Nada mais havendo a tratar deu-se encerrada a sessão de que se dá o presente ata que depois de lida, foi lida assinada.

Jaria Isabel Gonçalves

Joaquim Martins Ribeiro Lúcio